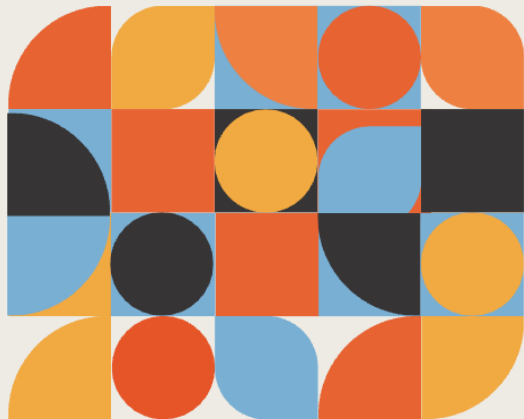




TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NA ÁREA DE CONFECÇÃO: RELAÇÕES - GÊNERO - RAÇA - MODA

Slave-like labour in the garment manufacturing industry: the intersection – gender – race -fashion

Silva do Nascimento, Amanda; Bacharelada; Centro Universitário Armando Alvares Penteado,
amandinhasilva0447@gmail.com¹

Pinheiro Dias, Susanne; Mestra; Centro Universitário Armando Alvares Penteado, spdias@faap.br²

Resumo: Esta pesquisa, que está em andamento, levantará, através de um viés histórico, as condições de trabalho das mulheres confeccionistas por meio da interseccionalidade entre raça, gênero e o mercado de trabalho da moda, ressaltando o papel da cidade de São Paulo nessa dinâmica. Os estudos de Angela Davis (1981/2016), Bell Hooks (2018), Djamila Ribeiro (2019), Lélia González (2020) e Wanda Maleronka (2007) serão a base deste trabalho.

Palavras chave: Moda; Interseccionalidade; Trabalho análogo à escravidão.

Abstract: This ongoing study investigates, from a historical perspective, the working conditions of the women garment workers through the intersectionality between race, gender and the fashion labor market, highlighting the role of São Paulo city as a central hub in this dynamic within Brazil. The analysis is primarily based on the studies of Angela Davis (2016), Bell Hooks (2018), Djamila Ribeiro (2019), Lélia González (2020) and Wanda Maleronka (2007).

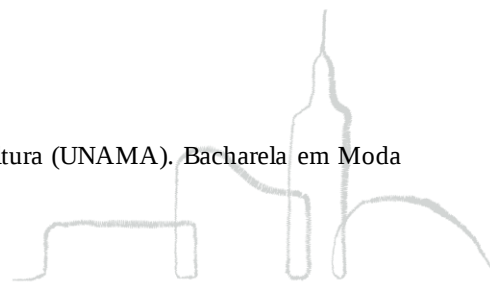
Keywords: Fashion, Intersectionality, Slave-like labour.

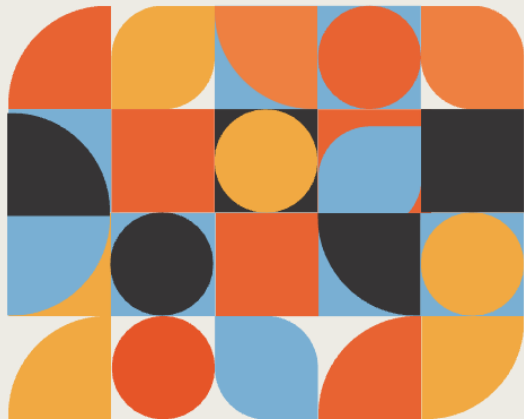
Introdução

O racismo estrutural, segundo Djamila Ribeiro, é uma “estrutura de poder que confere privilégio racial a determinado grupo, criando mecanismos que perpetuam desigualdades” (2019, p. 14). Ou seja, esse sistema, profundamente enraizado na sociedade brasileira, insere pessoas racializadas, pretos e indígenas, em uma posição de desvantagem em diversos campos da vida social, como no acesso à infraestrutura e recursos básicos de qualidade, pouca representação na mídia, na esfera jurídica e, sobretudo, no mercado de trabalho. Tal

¹ Bacharelada em Moda (FAAP). Bolsista de iniciação científica (FAAP).

² Docente do Bacharelado em Moda (FAAP). Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura (UNAMA). Bacharela em Moda (UNAMA).





20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

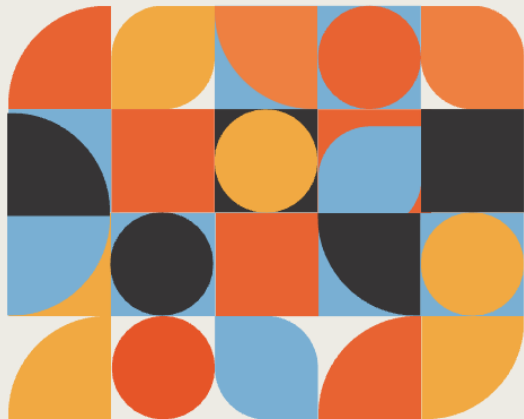
desigualdade não se trata de atitudes discriminatórias individuais, mas de uma organização social complexa, que favorece grupos sociais historicamente privilegiados.

Portanto, questões históricas, como a escravidão e o colonialismo que moldaram e moldam as relações de trabalho no Brasil, criam espaços nos quais o racismo é perpetuado (Ribeiro, 2019). Essa discriminação é manifestada de diversas formas, desde a ausência de pessoas racializadas em cargos de poder e liderança nas empresas até a desvalorização da mão de obra desses grupos, que se reflete em menores salários, condições de trabalho precárias e acesso limitado aos direitos trabalhistas, como o registro formal da carteira de trabalho, folgas remuneradas, férias e aposentadoria. Essas condições quando associado ao trabalho forçado e/ou jornadas de trabalhos exaustivas, podem ser caracterizados como trabalho análogo à escravidão que desde de 1940 é criminalizado no Brasil.

A indústria da moda que emprega cerca de 60 milhões de pessoas em escala global, destes cerca de 1,7 milhões de trabalhadores no Brasil (Abit, 2013), não está isenta de questões ligadas ao racismo estrutural e ao trabalho análogo à escravidão. Esta problemática é fortemente presente na área de confecção, na qual a alta demanda e a necessidade de uma produção acelerada impõe condições precárias aos profissionais da área que são submetidos a jornadas exaustantes e baixos salários (Unops, 2022).

Outra pauta crucial nessa discussão são as questões de gênero. Ao analisar os processos históricos, como a colonização, é possível compreender como a hierarquia de gênero foi moldada, bem como as formas pelas quais essa estrutura impacta a vida das mulheres (Bonadio; Tessari; Rufino, 2024) dentro do mercado de trabalho. Portanto, seguindo essa linha de raciocínio é importante entender a posição que as mulheres têm no mercado da moda, considerando que o Brasil possui a 5ª maior indústria têxtil do mundo, onde 75% são mulheres, sendo a maioria concentradas na linha de confecção. Destas, 30,4% atuam na cidade de São Paulo, SP (Unops, 2022).

Diante desse quadro, este trabalho irá desenvolver um levantamento sobre as condições de trabalho das mulheres confeccionistas na cidade de São Paulo. Primeiramente, discutirá como raça e gênero se relacionam com o mercado de trabalho brasileiro, em seguida, como se dá essas relações na cidade São Paulo. Em sequência, analisará a dinâmica entre empregadores, trabalhadoras e os direitos trabalhistas, e por último, identificará se existem políticas em prol dos direitos dessas trabalhadoras. Será feita uma abordagem a partir de viés histórico, utilizando-se de pesquisadoras como Angela Davis (1981/2016), Bell Hooks (2018), Djamila Ribeiro (2019),



20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

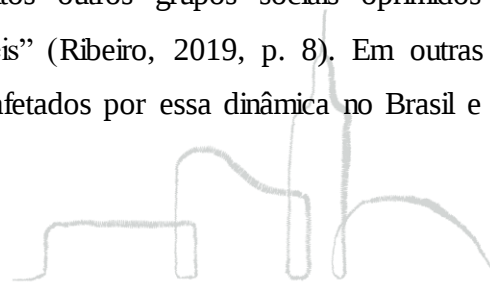
Lélia González (2020) e Wanda Maleronka (2007), visto que, entende-se que ainda existem traços do passado escravagista e colonialista que se manifestam na estrutura trabalhista do país e que junto ao machismo marginalizam mulheres racializadas, pretas e indígenas, dentro da área de confecção de vestuário.

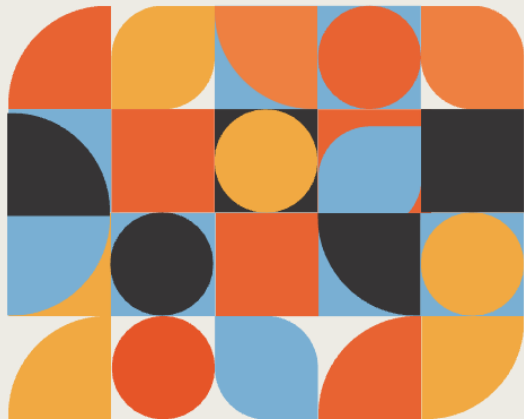
A importância da interseccionalidade

Ao abordar questões relacionadas ao trabalho análogo à escravidão na moda é necessário fazer um recorte de raça, gênero e classe visto que, como introduzido, a escravidão e a colonização criaram um processo histórico de reclusão de certos grupos sociais no Brasil. Entretanto, não podemos analisar e considerar essas questões - de raça, gênero e classe - discussões que estão separadas, pelo contrário, dado o nível de complexidade que se encontram, elas acabam se relacionando e se sustentando mutuamente. Logo, é essencial compreender como esses tópicos estão articulados no mercado de trabalho da moda por meio do estudo de interseccionalidade, levando em consideração como o processo colonial e escravocrata moldaram as relações sociais do país.

Ao longo do processo da mercantilização das economias europeias no século XVI, que evoluiu para o capitalismo dentro do contexto da Revolução Industrial, inicia-se uma dinâmica de exploração e colonização de povos não-europeus, africanos, asiáticos e americanos, caracterizada não apenas pela lógica econômica do acúmulo de bens e capital, com o desenvolvimento de uma rede de tráfico de escravizados (Federici, 2017), mas também pela lógica de dominação e de supremacia racial branca. Essa lógica moldou as sociedades atuais de forma que o racismo estrutural é perpetuado (Ribeiro, 2019) à partir de uma “estrutura de poder que confere privilégios racial a determinado grupo, criando mecanismos que perpetuam desigualdades” (Ribeiro, 2019, p. 17) e que nega direitos (Ribeiro, 2019), como acesso à educação, moradia de qualidade e, é claro, empregos dignos, a pessoas pretas e indígena, grupos historicamente mais afetados pela colonização europeia no Brasil.

Como reforçado anteriormente, é fundamental incluir a causa indígena no debate uma vez que “mulheres e homens negros não são a única vítima de opressão estrutural: muitos outros grupos sociais oprimidos compartilham experiências de discriminação em alguma medida comparáveis” (Ribeiro, 2019, p. 8). Em outras palavras, compreender como os povos indígenas e seus descendentes são afetados por essa dinâmica no Brasil e





20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

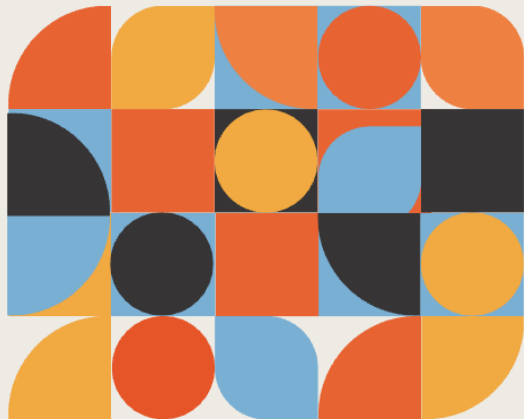
em outros países latinas trará conclusões mais assertivas acerca do perfil das pessoas afetadas pela problemática na qual o trabalho está abordando.

Paralelamente ao racismo estrutural, surge também uma nova divisão sexual do trabalho sustentada por uma relação de poder (Federici, 2017) na qual desvaloriza e marginaliza a mão de obra feminina – e das populações colonizadas - pela classe capitalista (Vèrges, 2019). A marginalização da mão de obra de mulheres dentro da lógica industrial acontecia mediante a longas jornadas de trabalho, condições de trabalho precárias e remuneração irrisórias (Davis, 1981/2016). Em um período na qual os direitos trabalhistas estavam ainda sendo conquistados, esta subjugação era para além da condição enquanto trabalhadoras, mas também enquanto indivíduos do gênero feminino, visto que “o fato de que as mulheres da classe trabalhadora são mais intensamente exploradas do que os homens contribui para sua vulnerabilidade ao abuso sexual, enquanto a coesão sexual reforça, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade à exploração econômica” (Davis, 1981/2016, p. 191-192).

À desvalorização sistemática do serviço doméstico está historicamente associado à desvalorização do trabalho feminino (Davis, 1981/2016) e uma vez que “fiar e tecer eram ocupações domésticas tradicionalmente femininas, as mulheres foram as primeiras a serem recrutadas pelos donos de fábricas para operar os novos teares a vapor” (Davis, 1981/2016, p. 217). Ao longo do tempo, esses trabalhos manuais, de fiar, costurar, bordar, passaram por um desgaste sistemático e de inferiorização. Dentro da lógica colonial brasileiro, vemos o trabalho doméstico associado às mulheres escravizadas africanas. Essa associação histórica, por vez, moldou a forma como esse serviços é visto no Brasil. Essa correlação persiste até os dias atuais, na medida que a “opressão generalizada contra as mulheres continuar a ser uma muleta essencial para o capitalismo” (Davis, 1981/2016, p. 192).

Os recortes sociais são fundamentais para estudar a interseccionalidade, uma vez que se torna possível traçar um perfil coerente com a realidade das pessoas que são submetidos ao trabalho análogo à escravidão na moda na cidade de São Paulo. Segundo a reportagem de Leonardo Sakamoto (2025)³, que consta dados do Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2003 e 2023, 2.730 pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil, destes 82% eram mulheres, um dado que já evidencia a urgência do recorte de gênero nessa discussão. Entre essas mulheres, observa-se que 70% eram negras (pardas e pretas), inseridas, em sua maioria,

³ Ver: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2025/03/08/mais-de-27-mil-mulheres-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-desde-2003.htm>



20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

em atividades associadas ao trabalho doméstico, ainda que atuassem em setores econômicos diversos como, a pecuária, o café e a indústria de confecção e têxtil — esta última responsável por 8% do total de resgates. São Paulo ficou em 3º lugar dos estados com mais resgates (229). Dentro desse período de 20 anos, 2022 foi o segundo ano com mais resgates (169).

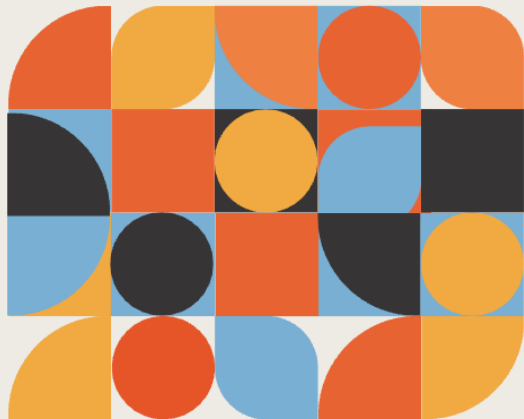
É por meio desses dados que fica evidente a reflexão de Davis (1981/2016) quando ela afirma que há uma aliança perigosa entre racismo e sexismo e, que quando articulados, produzem efeitos violentos sobre mulheres negras/racializadas (GONZÁLEZ, 2020). Davis (1981/2016, p.163) aprofunda esta ideia ao dizer que essa aliança as faz serem “triplamente exploradas - como negras, como trabalhadoras e como mulheres”. Hooks (2018, p. 71-71) complementa que vivemos em “um patriarcado de supremacia branca global (que) escraviza e/ou subordina mulheres do terceiro mundo” e isso determina, em várias culturais ocidentais, um pensamento neocolonial (HOOKS, 2018) estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Esse pensamento, portanto, cria um cenário “onde as desigualdades, as violências do Estado, o racismo e o sexismo organizam a vida social” (VERGÈS, 2019, p. 15) e as relações trabalhistas de mulheres racializadas (pretas e indígenas).

Mulheres e povos racializadas na construção do setor têxtil na cidade de São Paulo

O estado de São Paulo consolidou-se como um dos principais polos econômicos do Brasil a partir do ciclo do café no século XIX. Esse desenvolvimento, impulsionado pela economia cafeeira, permitiu a construção de uma base industrial sólida em São Paulo. Esse processo atraiu uma grande quantidade de mão de obra estrangeira, como italianos, japoneses e espanhóis, além de migrantes de outras regiões brasileiras, como o Nordeste. Não foi apenas a indústria cafeeira paulista que prosperou, outras atividades industriais também se beneficiaram do crescimento econômico do estado, inclusive a indústria têxtil.

O trabalho têxtil, cuja presença se estabelece em São Paulo desde o período colonial, começa a se desdobrar a partir da intensificação da preocupação com o vestir pelas classes abastadas (Maleronka, 2007), que culminou com a “difusão do ofício da costura na cidade (de São Paulo)” (Maleronka, 2007, p. 22).

As populações indígenas e africanas possuíam - e ainda possuem - um conhecimento têxtil vasto e desenvolvido. No entanto, dentro da ideologia colonial o conceito de moda ocidental foi utilizado como forma de



20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

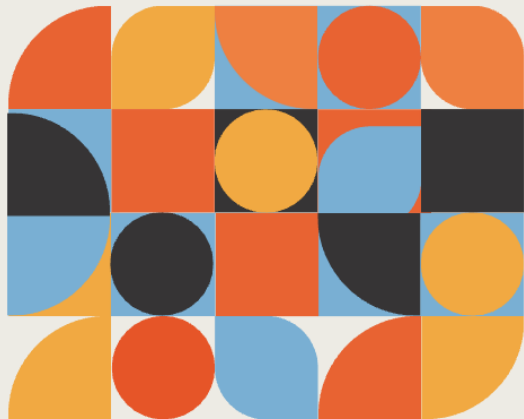
deslegitimar os saberes desses povos e de classifica-los como “sem moda” (Santos, 2020). Esse processo refletiu na desvalorização histórica dos saberes africanos e indígenas.

Dessa forma, somos levados a pensar que essas populações não possuíam participação nas atividades têxteis no Brasil, mas pelo contrário “a indústria doméstica, especificamente a da fiação, tecelagem e costura, era entregue aos escravos mais hábeis e às as mulheres da casa” (Maleronka, 2007, p. 23). Ou seja, mulheres e pessoas racializadas desempenharam um papel central no desenvolvimento da indústria têxtil e do exercício da costura no Brasil.

Atualmente, São Paulo se destaca por deter a maior economia entre todos os estados brasileiros, resultado do processo histórico referente à indústria cafeeira. A capital paulistana apresenta altos níveis de desenvolvimento industrial e de concentração de empregos e mão de obra. Quando se diz respeito ao mercado da moda, São Paulo se moldou como centro legitimador da moda brasileira e é a cidade que apresenta as principais faculdades de moda do país, além de ser palco de diversos concursos e eventos importantes do setor, como a São Paulo Fashion Week (SPFW). Dessa forma, a cidade se firmou como um dos principais polos da moda e da indústria têxtil brasileira, o que atraiu e que atrai estudantes e profissionais de outras cidades e uma nova massa de imigrantes bolivianos e de outros países latino-americanos nos últimos anos (Aguilera; Colerato, 2017).

Desse modo, podemos afirmar que o trabalho manual de costurar e tecer era realizado majoritariamente por mulheres e pessoas racializadas. Isso se decorreu pois eram algumas das poucas possibilidades de sustento “entre o limitado número de opções, que permitia promover a subsistência de gerações femininas e que tinha em seu favor o desenvolvimento de habilidades adquiridas pelo exercício constante (do mesmo)” (Maleronka, 2007, p. 29). Eram conhecimentos compartilhados entre diferentes gerações de mulheres e que não necessariamente precisavam de ensino superior, tornando-os amplamente difundidos.

O cenário que nos séculos passados era caracterizado pela carência, por parte dessas mulheres, de capital para investir em máquinas de costura dificultava o exercício de um trabalho autônomo. Assim, muitas mulheres começaram se empregarem em fábricas de roupas na capital paulistana, sendo submetidas, muitas vezes, a trabalhos temporários, sem padrões de salários e na base do “ganho pelo que faz”, em que se estabelecia um valor mínimo por peça costurada (Maleronka, 2007). Se no contexto da cidade de São Paulo dos anos 1800, costurar “representava para as mulheres a possibilidade de resistir à pobreza” (Maleronka, 2007, p. 32), atualmente, no



20º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

século XXI não é diferente, tendo em vista que mulheres continuam sendo o maior contingente da força de trabalho na confecção de vestuário, com 79,3% concentradas somente no município de São Paulo (Unops, 2022).

Considerações Finais

Pode-se concluir, através do que foi levantado, que existe uma dinâmica de tripla opressão - racial, de gênero e de classe - contra trabalhadoras racializadas, pretas e indígenas, sustentada por um legado colonial e escravagista. Esta dinâmica é presente em diversos setores da sociedade e a indústria da moda, que é um mercado que emprega diversas pessoas no mundo e no Brasil, não está isenta dessa questão. Aliás, a área de confecção de vestuário caracterizado pela intensa produção, submete suas trabalhadoras a ambientes degradantes e de baixa remuneração.

Essa desvalorização da mão-de-obra destas trabalhadoras está historicamente relacionado a desvalorização do trabalho doméstico, como o de tear e costurar, no Brasil. Isso se deve, a um pensamento construído ao longo do período colonial, e que é presente atualmente, em grandes centros têxteis, como São Paulo.

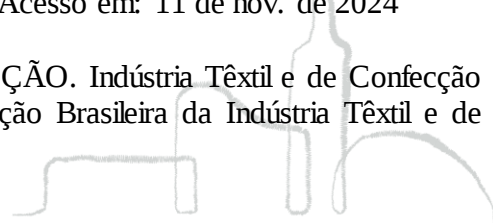
A cidade paulistana, centro legitimador da moda brasileira, concentra a maior parte de profissionais da área, logo concentra também inúmeros casos de trabalho análogo à escravidão, com jornadas exaustivas, condições de trabalho degradantes sem registro formal da carteira de trabalho e acesso limitado a folgas remuneradas, férias e aposentadoria.

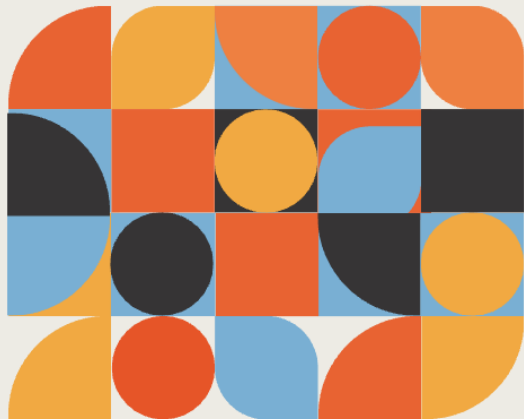
Além do que já foi apresentado, este trabalho ainda irá abordar a dinâmica entre essas trabalhadoras, seus empregadores e os direitos trabalhistas e irá identificar se existem políticas e ou/ iniciativas de proteção dos direitos destas trabalhadoras.

Referências

AGUILERA, Juliana; COLERATO, Marina. Mulheres **Imigrantes na Costura** - A rede produtiva da moda em São Paulo sob uma perspectiva de gênero. Modifica, São Paulo, 3 de agosto de 2017. Capital. Disponível em: <<https://www.modifica.com.br/mulheres-imigrantes-costura-sao-paulo/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2024

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira - Cenários, Desafios, Perspectivas e Demandas. Brasília: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de





20^º COLÓQUIO DE MODA

19º FÓRUM DAS ESCOLAS DE MODA DOROTÉIA BADUY PIRES
11º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA

FAAP - SÃO PAULO

DE 30 DE SETEMBRO A 03 DE OUTUBRO DE 2025

Confecção, 2013. Cartilha. Disponível em: <http://abit-files.abit.org.br/site/publicacoes/cartilha.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2024

BONADIO, Maria C.; TESSARI, Valéria F. S.; RUFINO, Carina B. Moda e gênero: perspectivas históricas para interpelar o presente. **Revista Dobras**, mai-ago de 2024. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1862/866>. Acesso em: 18 de nov. de 2024

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 237 p. Título original: Women, race and class. ISBN 978-85-7559-508-4.

Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). **Mulheres na Confecção** - Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso em: 11 de nov. de 2024.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz S.A., 2020. 376 p. ISBN 978-65-5782-005-6

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 144 p. Título original: Feminism is for everybody: passionate politics. ISBN 978-85-01-11607-9

MALERONKA, Wanda. **Fazer roupa virou moda: um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950)**. 1. ed. São Paulo: Editora Senac, 2007. 232 p. ISBN 978-85-7359-530-7.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Schwarcz S.A., 2019. 52 p. ISBN 978-85-5451-599-7.

SAKAMOTO, Leonardo. **Mais de 2 mil mulheres foram libertadas do trabalho análogo à escravidão desde 2003**. UOL, 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2025/03/08/mais-de-27-mil-mulheres-foram-libertadas-do-trabalho-escravo-desde-2003.htm#expired-5d175993-18aa-4bb1-ae62-a0243ed3af1b>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SANTOS, Heloisa H. de O. Uma análise teórico-política decolonial sobre o conceito de moda e seus usos. **Moda palavra e periódico**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 164–190, 2020. DOI: 10.5965/1982615x13272020164. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/modapalavra/article/view/15948>. Acesso em: 18 nov. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias; Raquel Camargo. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 139 p. Título original: Un féminisme décolonial. ISBN 978-85-7126-062-7

